

A atuação do tráfico de drogas no pós-pacificação: notas etnográficas de uma favela do Rio de Janeiro¹

Jonathan Willian Bazoni da Motta²

Resumo: A presente pesquisa parte da premissa que o mundo do crime carioca passou por importantes transformações nos últimos anos. O período de pacificação e de pós-pacificação produziram uma série de eventos encadeados que proporcionaram múltiplas possibilidades de atuação de diferentes facções criminosas em diferentes favelas. A partir de uma etnografia de mais de três anos realizada na favela do Jardim Batan, busco compreender como se deu a relação entre esses eventos e os grupos armados que controlaram a favela. Argumento que o tráfico de drogas se ajustou às reverberações dos contextos mais amplos, criando oportunidades de avanços, recuos, monitoramentos e confrontos. Dessa forma, busco contribuir com o debate mais amplo sobre a atuação do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Crime; Violência; Tráfico de Drogas; Favela; Rio de Janeiro

Abstract: This research is based on the premise that the world of crime in Rio de Janeiro has undergone important transformations in recent years. The period of pacification and post-pacification produced a series of linked events that provided multiple possibilities for different criminal factions to act in different favelas. Based on an ethnography of more than three years carried out in the Jardim Batan favela, I seek to understand the relationship between these events and the armed groups that controlled the favela. I argue that drug trafficking has adjusted to the reverberations of broader contexts, creating opportunities for advances, retreats, monitoring and confrontations. In this way, I seek to contribute to the broader debate on the role of drug trafficking in Rio de Janeiro.

Keywords: Crime; Violence; Drug trafficking; Slum; Rio de Janeiro

¹ A presente pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo: 140414/2021-5.

² Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS/Unicamp, pesquisador do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ) e do Observatório Fluminense (PPGCS/UFRRJ).

Introdução

De uma maneira geral, a categoria (nativa e de acusação) “tráfico” foi entendida e representada, desde o final dos anos 1970, como quadrilhas armadas que controlavam o varejo da venda de drogas ilícitas belicamente territorializadas em favelas e periferias da cidade. Seu poder e dominação foram estruturados por intermédio do medo e pela capacidade de impor respeito, produzindo regras específicas ancoradas em seus valores, que silenciaram moradores e lideranças locais (ZALUAR, 1985; MISSE, 1999; LEEDS, 2006; MACHADO, 2008; GRILLO, 2013; ROCHA, 2013).

No passado, a relação entre população favelada e traficantes teve na força e na violência um dos principais meios de mediação, o que Machado (2008) conceituou como “sociabilidade violenta”. Segundo o autor, essa relação tem, de um lado, os criminosos “portadores” da ordem social; e, do outro, o restante da população que ocupa uma posição dominada e subalternada. Ainda que existam uma “imensa nebulosa de situações intermediárias” (ibid, p. 42), sobretudo de mediação e agenciamento (GRILLO, 2013; DA MOTTA, 2019), ainda sim, o conceito aponta para uma questão fundamental que é a assimetria existente entre esses dois grupos. Essa posição subalterna dos moradores de favela é “aceita”, porque eles sabem que são mais fracos que seus algozes e qualquer insubmissão é passiva de retaliações físicas, muitas vezes letais.

Ao longo dos anos, os grupos armados definiram e redefiniram suas relações de amizade e inimizade (BARBOSA, 2001), produzindo, ora intensas disputas entre criminosos rivais e policiais, ora acordos e negociações. Para que o varejo da droga funcionasse, os traficantes necessitavam negociar seu “alvará de funcionamento” com as forças da ordem. Dentro desse universo, Barbosa (Ibid; 2005) apontava para o caráter “rizomático” e as constantes “segmentações” do tráfico, elementos que ajudaram a entender sua capacidade de resiliência. Quando um grupo dissidente rompia com o dono do morro ou com a facção, eles conseguiam se reagrupar em outros lugares e em outras facções se tornando tão fortes quanto a facção anterior, fazendo com que mudanças de facções e “golpes de Estado” se tornassem comuns no cotidiano criminal do Rio de Janeiro.

Essa configuração potencialmente conflituosa causava uma constante preocupação nos moradores de favela, fazendo-os estarem sempre atentos para avaliar e evitar os riscos iminentes (CAVALCANTE, 2008). Essa particularidade provocou uma interferência no fluxo rotineiro da vida nas favelas, dando um caráter imprevisível ao cotidiano, o que Machado e Leite (2008) chamaram de “vida sob cerco”. Dito de outra forma, os moradores de favelas se sentiam segregados em um cenário socioespacial definido pela constante preocupação e receio com manifestações violentas, em muitos casos imprevisíveis, que impediam as circulações e o exercício das rotinas locais. Essa sujeição dos moradores de favela foi o principal traço que definiu as relações entre traficantes e população local até final dos anos 2000.

A partir de 2008 com a instalação das UPPs, houve uma reorganização das relações sociais em todos os territórios controlados por grupos armados. Menezes (2015; 2018) aponta que nas favelas que receberam a “pacificação”, moradores, policiais e traficantes passaram a vivenciar um novo contexto caracterizado pelo regime de “campo minado” em que os moradores de favela tinham a percepção de estarem sendo constantemente monitorados e monitorando -criando mecanismos “lógicos e antecipatórios” para evitar “situações traumáticas”, quase sempre violentas-. Fazia-se necessário viver a vida sem se aproximar demais, nem do tráfico, nem da polícia, caso contrário, os moradores poderiam ser presos pela polícia por associação ao tráfico, ou morto pelo crime como X9, dedo duro. O medo dessa possível “contaminação” definiu o tipo de sociabilidade e redefiniu o tipo de “cerco” no universo da “pacificação”.

Nas favelas não “pacificadas”, o que se percebeu foi a expansão do fluxo de traficantes de outras partes da cidade (MIAGUSKO, 2016), alterando a sociabilidade e produzindo novos conflitos entre moradores e traficantes. Essas favelas também passaram a ser consideradas “os lugares violentos da cidade”, aprofundando ainda mais a estigmatização sob elas e justificando práticas extralegais, como as operações policiais (DA MOTTA, 2019). Desse modo, no que tange a segurança pública, os operadores do Estado passaram a agir sob duas frentes: em áreas que receberam a UPP havia uma suspensão do conflito frontal entre traficantes e policiais; enquanto em outras áreas, economicamente desinteressantes, esse conflito acontecia frequentemente como política de segurança.

Com a crise generalizada do projeto de “pacificação” a partir de 2015, a lógica situada de “tutela militarizada” (OLIVEIRA, 2014) de algumas favelas foi substituída pelo confronto aberto, restabelecendo os tiroteios – que já ocorriam em favelas não “pacificadas” (DA MOTTA, 2019). Essa mudança na lógica da atuação pública das forças da ordem é uma forma de governo em que o conflito armado entre agentes do Estado e traficantes não é apenas mais um recurso repressivo entre outros possíveis, mas sim, a principal política institucional. É como se a ideia de guerra passasse a ser institucionalizada como única resposta política para o problema da segurança pública (GRILLO, 2019; MAGALHÃES, 2020). Esse contexto gerou “umasobreposição com variações de intensidade entre o regime do “fogo cruzado” e do “campo minado”” (MENEZES, 2015, p. 344). Em certos momentos, as trocas de tiros centralizam a atenção dos moradores de favela, mas quando o fogo cessa, é a preocupação em monitorar e não se contaminar que captura a subjetividade dessa população (Ibid, 2015).

Machado e Menezes (2019) identificam que após essas múltiplas mudanças contextuais e de sociabilidade, houve uma aceleração do “processo de racionalização da sociabilidade violenta”. No passado, a interação entre os moradores de favelas e os traficantes era pautada pela sociabilidade violenta, tipologizada no “bicho louco”, um traficante incontrolável, irracional, com práticas aleatórias e governado por pulsões. Os autores defendem que esse tipo de criminoso perdeu espaço na alta hierarquia do crime, sendo substituído por traficantes que optavam por uma lógica econômica em detrimento da força, como o “Nem” da Rocinha. Seguindo essa mesma lógica, mas em outra inscrição, Edson Miagusko (2016) mostra como o mercado das drogas na baixada fluminense foi sendo modulado entre o traficante “inábil” definido pelo seu “ethos guerreiro” e sua pouca habilidade de gerenciar o conflito e o traficante “evangélico” com seu “ethos empreendedor” que percebe o momento certo para mudar de atividade econômica.

Em uma primeira leitura apressada, pode parecer que o estatuto do debate atual da criminalidade está balizado pela passagem de uma irracionalidade criminal para uma racionalidade econômica ou empreendedora. Em meu entendimento, não é disso que se trata. Como salientam Machado e Menezes (2019), o processo que eles chamam de “racionalização da sociabilidade violenta” é parcial e não linear, podendo ter momentos de “avanços” e “retrocessos”. Inserindo-me justamente nessa lacuna para propor uma análise que evidencie e o ajustamento pragmático operado pelo tráfico de drogas em situações concretas. Dito de outra

forma, proponho uma análise que foque na compreensão das condições de possibilidades reais que tornaram possíveis determinadas atitudes dos agentes do mundo do crime. Ancorado em uma etnografia realizada na favela do Batan no período de 2016 a 2019, apresento um encadeamento de micro e macro eventos que revelam situações sociais – no sentido atribuído pela Escola de Manchester (VAN VELSEN, 1986) – que informam a respeito da atuação pragmática do tráfico de drogas local.

Jardim Batan, Zona Oeste/RJ

A favela do Jardim Batan, possui 23,932 habitantes, com uma quantidade de residência de aproximadamente 7,614 domicílios, segundo o Censo de 2010. Configura-se como uma sub-região do bairro de Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro, localizado entre o Maciço da Pedra Branca e a Serra do Mendanha. O bairro de Realengo se originou em 1814 como uma área rural da cidade, passando por “surto de urbanização” (DE OLIVEIRA, 2017) no século XX, alojando a Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra e a Escola de Instrução Especializada, ambas do exército brasileiro. Sua paisagem mescla a herança militar dos quartéis que cercam o bairro, com os conjuntos habitacionais e as casas populares que deram início ao povoamento da região na década de 1940.

Até a década de 1960 o Jardim Batan era uma enorme fazenda com vegetação nativa, criação de gado e natureza exuberante, inclusive seu nome é derivado de uma árvore típica, conhecida pelo nome de *Ubatã* (ESPERANÇA, 2012). A partir dos anos 1970 a região foi ocupada por muitas famílias vindas de outras partes do Brasil, especialmente do Sudeste e do Nordeste (MENDONÇA, 2014). Sua configuração geográfica é predominantemente plana, com uma pequena parte de mata. Com a territorialização de grupos armados na década de 1980, a região passou a ser considerada favela, e foi na década de 1990 que o tráfico de drogas ganhou densidade e poder bélico, controlado pela facção Amigo dos Amigos (ADA). Facção que surgiu, inicialmente, como uma ramificação do Terceiro Comando (TC) – descendente da falange Jacaré, inimiga da falange vermelha que tempos depois, tornou-se Comando Vermelho (GRILLO, 2013).

Em 2007 um grupo de moradores locais com formação militar (policiais, bombeiros e agentes penitenciários) invadiram a favela e mataram a maior parte da quadrilha, colocando fim ao domínio do tráfico de drogas. Os “Águias”, como eram conhecidos esse grupo – posteriormente nomeado de milícia –, rapidamente instituiu um novo tipo de ordenamento territorial baseado no controle moral dos moradores e na exploração econômica. Em maio de 2008 uma equipe do jornal O’Dia foi torturada por esses milicianos dentro da comunidade. A equipe fazia uma reportagem investigativa sobre o cotidiano da milícia e ao serem descobertos foram duramente torturados por mais de sete horas. Após a repercussão internacional do caso, as principais lideranças dos “Águias” foram presas, gerando o enfraquecimento do grupo (MENDONÇA, 2014; DIAS, 2016; DA MOTTA, 2020).

Semanas depois do ocorrido, um grupo de policiais e moradores locais, liderados pelo tenente do Bope Wolney (também conhecido como “xerife da paz”), implementaram um Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) que funcionou por quase um ano na associação de moradores (em que ele também era o presidente). Neste período, a associação de moradores se tornou um espaço, onde além de resolver problemas políticos e administrativos dos moradores, também resolvia situações relacionadas à segurança, violência e crime (MENDONÇA, 2014; DA MOTTA, 2020). Esse grupo tinha o objetivo de evitar que os traficantes voltassem a comandar a comunidade, por isso coíbiavam duramente, com revistas vexatórias e agressões físicas, qualquer morador que tivesse algum traço ou relação com as pessoas “do movimento”. Muitos moradores identificaram grandes semelhanças da atuação do DPO com os antigos milicianos, especialmente o controle moral da população.

Em 2009 o Batan recebeu uma unidade de polícia pacificadora (UPP), sendo o terceiro território a abrigar essa política de segurança. Contrariando a lógica do projeto de alocar essas unidades em áreas da cidade de maior valor comercial e/ou localidades que fizessem parte dos espaços satélites dos megaeventos, o Batan recebeu tal iniciativa devido à repercussão causada pela descoberta da tortura dos jornalistas por milicianos locais em 2008 (ESPERANÇA, 2012; MENDONÇA, 2014; DIAS, 2016). A essa altura, a favela já se encontrava “pacificada”, já que os milicianos haviam expulsado o tráfico desde 2007 e o DPO havia evitado que eles voltassem. O trabalho da UPP nesses anos iniciais foi dar continuidade ao modelo de ordenamento territorial vigente, concentrando-se em regular a moralidade dos moradores identificados simbolicamente com traços ou resquícios de um modo de vida próximo ao do tráfico de drogas

– moradores que escutavam funk alto, que tinham cortes de cabelo da moda, que usavam gírias de facção, que se vestiam como “favelado” ou que usassem algum tipo de droga ilícita. Esses hábitos eram duramente coibidos pela “pacificação”, especialmente durante a gestão do comandante Eliezer (que ficou no cargo de 2009 a 2011), considerado pelos moradores como “rude” e “atuante” no combate a esses comportamentos destoantes do padrão de moralidade definido pela UPP (DA MOTTA, 2020).

Após sua quase extinção em 2007 causada pela invasão da milícia, o tráfico no Batan foi praticamente desmantelado. O que restou foi residual e hierarquicamente baixo, transformando-se em simples usuários de drogas e/ou, como me disse um morador, “pessoas que sondavam a área passando informações para os graduados da facção”. Os traficantes com maiores cargos que não foram mortos, fugiram para favelas aliadas próximas, em especial a Pedreira (Costa Barros) de onde o antigo dono era oriundo e a Vila Vintém (Padre Miguel), reduto do ADA mais próximo dali. Nesse período, as atividades do tráfico de drogas foram interrompidas, não havendo funcionamento, nem extensivo, nem velado.

Com a saída do capitão Eliezer do comando da UPP em 2011 o tráfico de drogas foi se restabelecendo, beneficiado pela atuação mais “frouxa” e menos contundente da polícia pacificadora. Nenhum dos comandantes que passaram pela UPP em seguida conseguiram retomar o caminho da gestão da ordem operacional da época da milícia, do DPO e do comandante Eliezer. A partir de 2015 até 2018 as críticas ao projeto de “pacificação” se generalizam e o ordenamento territorial no Batan se rearranjou a partir de uma série de acontecimentos sincrônicos que abalaram a estrutura da UPP, transformando-a em ruína.

A volta do tráfico

A quadrilha do varejo das drogas foi reaparecendo na comunidade de forma tímida, atuando principalmente por esticas e com contingente reduzido de pessoas. Ao passo que a UPP perdia base social e afrouxava o cerco ao crime, os traficantes iam, gradualmente, se restabelecendo, e priorizando a venda de drogas em detrimento do controle territorial. Na maior parte da vida útil da UPP, o tráfico de drogas agiu de forma velada, discreta e, quase, imperceptível. Durante o trabalho de campo não testemunhei nenhum traficante com posse de

armas ou vendendo drogas até 2019. Ninguém sabia ao certo onde era a “boca de fumo”, nem quem fazia parte dela, pois havia permuta tanto de lugar, quanto de pessoas. Essa característica fez com que a volta do tráfico de drogas no Batan fosse entendida como “tranquila”, contudo, essa tranquilidade foi agenciada ao longo tempo com momentos de avanços e retrocessos.

O primeiro capítulo dessa trama se deu em 2014, curiosamente com uma tentativa frustrada de invasão do tráfico para restabelecer seu antigo poder, como mostra o relato do policial da UPP à época:

Ouvi uma história que uns três anos atrás [2014] houve uma tentativa de retorno do tráfico organizado pelo dono do morro. (...) Pelo que me contaram eles [traficantes] vieram pela mata e trocaram tiros com os policiais da UPP, mas os policiais conseguiram fazer eles recuarem. (Conversa com P5 da UPP).

O policial não quis entrar em detalhes do ocorrido, mas disse que essa troca de tiros simbolizou uma tentativa do tráfico “voltar ao que era antes”. A “pacificação” no Batan foi considerada, durante muito tempo, um caso de “sucesso” por não ter sofrido com intensas e frequentes trocas de tiros, como ocorrido em outras favelas com UPP. Mesmo sendo uma região em que a força policial não teve problemas para se consolidar, mesmo assim, ocorreram disputas armadas pelo controle do Batan, ainda que pontuais e isoladas. A fala do policial evidencia que grupos de traficantes armados tentaram tomar o controle por completo do território. Grillo (2013) e Menezes (2018) explicam que para o mundo do crime o confronto com a polícia também é uma forma de testagem da capacidade bélica e do poder da polícia, regulando a oferta de “mercadorias políticas” (MISSE, 1997).

Com a saída do primeiro comandante (Eliezer) e a desarticulação do projeto moral da UPP a atuação policial foi ficando mais frouxa e menos atuante, mesmo com a mudança de comandantes. Os traficantes se sentiram confiantes em retomar o ordenamento territorial da favela, mas perceberam que mesmo sob muitas críticas e não tão incisiva como no passado a UPP era forte o suficiente para neutralizar essa investida do crime organizado.

Após constatação da assimetria de poder com a tentativa frustrada de domínio direto, o tráfico optou por um suposto acordo com os policiais da UPP. Em vez de confrontá-los e ter que custear uma guerra desproporcional em que a possibilidade de perdas econômicas e de material humano eram grandes, eles costuraram um pacto de cooperação mútua, aproveitando-se do momento mais agudo da crise do Estado e da precarização do trabalho policial. O tráfico

ficava com a venda de drogas em pontos específicos, sem armamento e de forma discreta; e a UPP fazia “vista grossa” e tinha partes dos dividendos da comercialização.

Vale lembrar que no início de 2015, a cidade foi atingida por uma crise fiscal de grandes proporções, cujo ápice foi o decreto de calamidade pública em 2016. A segurança pública foi diretamente afetada por esse contexto, com atrasos de salários de policiais, falta de materiais básicos, fim de gratificações pagas e diminuição de contingente policial. Todas as UPP foram atingidas por essa crise e tiveram, cada uma a sua maneira, formas e intensidades diferentes. No Batan, a exemplo das demais, a crise potencializou as críticas feitas pelos moradores, aprofundando ainda mais o descrédito da UPP.

Hoje em dia a gente não consegue mais ter o mesmo prestígio do início, porque quando a UPP entrou, veio com vários projetos sociais. Isso fez com que a relação fosse ótima entre moradores e policiais. Hoje em dia esses projetos sociais acabaram e os moradores não conseguem entender isso. (...) O Estado não vem honrando com os compromissos, gerando péssimas condições de trabalho. Vou te dá um exemplo... a gente tá sem papel pra imprimir. Sem contar o décimo terceiro que não foi pago ainda. Tudo isso deixa o policial desmotivado para trabalhar (Trecho de conversa com P5 da Polícia Militar).

O relato mostra como a crise financeira afetou diretamente o funcionamento da UPP desde a diminuição do contingente policial e atrasos de salários até em coisas básicas e triviais como a falta de papel para imprimir documentos. Isso gerou um grande desprestígio junto aos moradores e criou condições para rearranjos éticos do efetivo policial através de agenciamentos extralegais com a finalidade de burlar o empobrecimento causado pela crise. Foi nesse período que os moradores começaram a criticar a relação da UPP com o tráfico de drogas, dando a entender que haviam relações corruptivas entre ambos.

Com o passar do tempo a UPP foi se desarticulando e as coisas começaram a mudar. E de pouquinho em pouquinho o tráfico ia voltando para a comunidade. A UPP começou a perceber que haviam esticas do tráfico e os policiais iam lá e prendiam esses bandidos que eram levados pra delegacia. Na delegacia eles diziam que aquela droga era para consumo e que eles eram usuários, portanto não podiam ser presos. Então os policiais começaram a se cansar de toda vez levar os suspeitos pra delegacia e não dar em nada. Então eles começaram a participar do esquema cobrando propina pra fazer vista grossa à venda de drogas. E com isso a UPP foi perdendo o controle do território e o tráfico ficou cada vez mais forte (Conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos).

Ainda em 2015, mais uma demonstração da presença do tráfico no Batan, um comerciante foi morto a tiros em seu próprio bar, segundo os moradores, a mando dos traficantes. Esse foi o primeiro assassinato de repercussão pública no Batan desde a instalação da UPP. Se a primeira troca de tiros entre traficantes e policiais da UPP no ano anterior

representava a volta do tráfico, esse episódio evidenciava sua presença que, mesmo velada e discreta, mostrava capacidade de mobilizar uma carga de violência contra os inimigos. Os rumores circulados na comunidade davam conta que aquele comerciante teria, supostamente, relações com a milícia que comandava o território antes da chegada da UPP. Ele havia sido morto a mando do dono da comunidade que se encontrava preso naquele momento.

No primeiro dia de 2017 a morte de um policial por traficantes na favela do Batan estampou a capa dos jornais no Rio de Janeiro. A repercussão desse caso foi tamanha que chegou a ser noticiada em telejornais das principais emissoras de televisão. Eu tive conhecimento desse caso vendo o jornal em minha residência. Dada a ressonância de mais uma morte em uma UPP de “sucesso”, resolvi conversar com um morador e liderança comunitária, ainda na mesma semana do ocorrido, para tentar entender o que estava acontecendo na favela e o que aquilo significava.

[Jonathan] Ficou sabendo da morte de um policial aqui no ano novo?

[Morador e liderança] Sim. Pelo que eu ouvi dizer tava rolando um baile de final de ano lá no [nome do lugar]. Parece que tinha um polícia armado nesse baile e que houve uma confusão e então foram lá e mataram ele.

[Jonathan] As pessoas que mataram tinha envolvimento com o tráfico?

[Morador e liderança] Acho que sim.

[Jonathan] Isso significa que o tráfico está voltando pra comunidade?

[Morador e liderança] A tendência é piorar... Assim, algumas favelas com UPP, tipo Alemão, Lins o tráfico voltou pesado. Não é o caso do Batan, aqui ainda tá leve (Trecho conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 30 anos).

A fala do morador corrobora com o momento de certa apreensão coletiva nos moradores do Batan. Na última pergunta ele deixa subentendido que o tráfico havia voltado a controlar a comunidade, mas sem afirmar claramente esse retorno. Ele aciona uma clara distinção entre o Batan e outras favelas com UPP, onde sua comunidade mesmo apresentando uma escalada da violência e da insegurança, tem um tráfico “mais leve”, por comparação. Ainda que houvesse casos de violência, os moradores, naquele momento, entendiam como casos excepcionais e esporádicos. Por mais que a UPP não estivesse funcionando dentro das expectativas e anseios dos moradores, a presença dos policiais dava uma falsa sensação de segurança e inibia algumas modalidades de crimes.

A dupla consequência de um “tráfico tranquilo”

No dia 16/02/2018 o então presidente Michel Temer decretou intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. O ato significava que o governo federal, por meio do interventor General Braga Netto (do exército), passava a ter o controle das polícias civil e militar e da secretaria de segurança. O objetivo da intervenção era restabelecer a ordem pública que, naquele momento, parecia ter sido perturbada pela intensificação das disputas entre quadrilhas do tráfico de drogas e pelo aumento do roubo de carga na cidade (ROCHA, 2018; HIRATA e GRILLO, 2019).

Pouco mais de um mês depois, no dia 20/03/2018 a favela do Batan recebeu a notícia de que a UPP seria fechada por ordem do gabinete de intervenção militar e seu contingente policial seria deslocado para o batalhão da região. O anúncio do fechamento da UPP do Batan ainda que tenha ocorrido de forma repentina, não representou propriamente uma novidade. Na verdade, esse pronunciamento só instituiu algo visível na percepção dos moradores. A UPP havia recebido muitas críticas ao longo do tempo modificando sua atuação com a saída de vários comandantes. Os moradores testemunhavam a ineficiência dessa política, no que tangia a gestão da ordem, há tempos; o anúncio do fechamento referendou algo eminente. Contudo, os moradores foram surpreendidos pelo contexto que se seguiu após esse fechamento, modificando radicalmente desde as relações com o território até a paisagem da favela.

Por mais que a UPP tivesse “acabado”, seus policiais continuavam lá. Ninguém sabia ao certo como seria feito esse fechamento, nem o prazo, já que logo após o anúncio da intervenção, as coisas continuaram as mesmas. Ainda que não houvesse patrulhamento, nem mobilização policial para apreensões, os poucos projetos sociais que funcionavam na sede da UPP não foram alterados, como a natação para idosos e o judô para crianças e adolescentes. Após algumas semanas, essas atividades foram interrompidas e os poucos policiais que haviam na região desapareceram, restando apenas um grupo de mais ou menos cinco policiais que ficavam em frente à sede da UPP para evitar que ela fosse saqueada ou depredada.

A realidade experimentada pelos moradores começou a se alterar profundamente com a saída da UPP. A intervenção federal, após anunciar e concretizar o fechamento da UPP Batan, começou a mobilizar o exército brasileiro juntamente com as polícias (civil e militar) para

realizar operações de ocupação temporária com a finalidade de coibir a venda de drogas e cumprir mandados de prisões na comunidade. Essas operações policiais comandadas pelas forças armadas passaram a ser frequentes na vida dos moradores.

Antes de ontem o exército entrou no Batan com tanque de guerra e tudo. Tomei um susto! [risos] (...) Mas eles vieram dá um apoio na comunidade já que a UPP acabou. (Conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 30 anos).

Apesar da surpresa generalizada, essas operações policiais não representaram interrupções nas rotinas dos moradores como no passado. Mesmo após a saída da UPP, o tráfico do Batan continuou suas atividades de forma discreta e situada em certas localidades, não gerando resistência às operações do exército brasileiro e conseqüentemente não ocorrendo tiroteios. Essa particularidade local, fez com que os moradores do Batan identificassem esse tipo de atuação como “tranquila”; ainda que tivesse tráfico na favela ele era comparativamente mais tranquilo do que outras regiões que também tiveram as unidades de polícia pacificadora.

[Jonathan] E o tráfico aqui no Batan?

[Morador e liderança 1] Eu tenho medo que uma guerra estoure e que o tráfico volte com força já que agora não tem mais UPP.

[Morador e liderança 2] Assim, boca de fumo e pessoas usando drogas tem em qualquer lugar... No Batan não seria diferente.

[Morador e liderança 1] Tem na Zona Sul!

[Morador e Liderança 2] Mas no Batan é tranquilo! Não tem bandido de fuzil, é raro ter venda de drogas de dia ou pessoas usando drogas de dia (Trecho da conversa com moradores e lideranças comunitárias).

É importante salientar que no final de 2017 e início de 2018 o Rio de Janeiro passou por uma onda de aumento nos índices de criminalidades (MACHADO e MENEZES, 2019) fruto do desmonte das políticas de segurança implementadas no contexto dos megaeventos (MENEZES, 2018; DA MOTTA, 2019). Nas mídias, televisivas e digitais, veiculou-se o aumento dos confrontos em favelas com UPP como fruto da volta do tráfico e de suas disputas com quadrilhas rivais e com a polícia. Por esse motivo, os moradores do Batan fizeram questão de, ao tematizar a presença do tráfico, distingui-lo de outras áreas com UPP. Para esses moradores, o tráfico do Batan ainda era “tranquilo” comparado à pujança da violência que afetava a cidade naquele período. Por mais que a sua presença fosse evidente justamente pela capacidade de mobilizar uma alta quantidade de violência, ainda sim, esse tráfico era pouco perceptível objetivamente, o que o fazia ser entendido como “tranquilo”.

As coisas no Batan são bem tranquilas, tem tráfico, mas não tem arma... aqui é muito tranquilo! (...) O tráfico quer saber de vender a droga dele, não precisa ficar de fuzil nem nada disso...(Trecho de conversa com moradora por volta dos 50 anos).

A tranquilidade exposta pelos moradores do Batan dava uma parcial sensação de segurança e diminuía o sentimento de cerceamento causada pela contiguidade territorial com o tráfico de drogas (MACHADO e LEITE, 2008). Mas, por outro lado, esse tipo de atuação fazia com que a favela ficasse vulnerável, propiciando a atividade de outros grupos criminosos em pequenos delitos como furtos e roubos. Se no passado morar em área dominada por esse tipo de poder era sinônimo de segurança patrimonial, no Batan essa regra não se aplicava.

[Morador] E sem contar que agora tem aquela nova modalidade, né... dos assaltos nas portas de casa. Você tá sentado ali com teu celular, com teu tablet, computador, os cara passam de moto ou de carro, vê que você tá na porta com o celular, volta “Aí irmão, perdeu!” Do nada. (...)

[Jonathan] Mas tá tendo assalto aqui?

[Morador] Demais! Principalmente de carro. Nos casos que eu fiquei sabendo, o pessoal fala que é da Vila Kennedy. Os 2 que perderam o carro aqui dentro, aqui pra cima, eles pagaram o resgate pra recuperar o carro e o carro tava na Vila Kennedy (Trecho da entrevista com morador por volta dos 50 anos).

A prática de roubos, como descrita pelo morador, amedrontavam as pessoas que viviam e circulavam pela favela. Por mais que a “pacificação”, quando ainda funcionava, estivesse descredibilizada e operando com dificuldades, a presença da polícia na comunidade inibia, em certo sentido, a atividade criminal dos grupos rivais. A partir do seu fechamento os roubos se intensificaram e nem a volta do domínio do tráfico foi capaz de mitigar essas práticas, como aponta outro morador.

Eu tenho pra mim, mas só que é o seguinte... não são todos os pontos do tráfico aqui que eles usam arma não. Por exemplo, aqui no [nome da localidade] eles não usam arma, só usam radinho. Então assim, a gente tava até reclamando com eles do movimento “Po, os cara tão roubando aqui e vocês não fazem porra nenhuma...” Ele “Po, tio... a gente não tem arma... a gente tá aqui só de olheiro.” Então assim, não são todos dos pontos. Onde você vai ver armamento mesmo é lá na [nome da localidade]. Ali é o foco deles. Lá no [nome da localidade], ali na [nome da localidade], tem aquela viela, a rua de cima, ficam ali pra dentro de fuzil e na [nome da localidade] parece que esses dias não tá vendo mais porque a polícia tá batendo ali direto. Aqui não tem local pra eles ficarem nesse pedacinho aqui. Eles ficam do [nome da localidade] pra lá (Trecho entrevista com morador por volta dos 50 anos).

O tráfico no Batan adotou a tática de permanecer em locais específicos, estrategicamente posicionado para facilitar a fuga, especialmente em casos de operações policiais que, desde o fim da UPP, aconteciam com certa frequência. A lógica de “entocar os

armamentos” se justificava para evitar perdas econômicas em um contexto de “possível perda da lucratividade da venda de drogas” (HIRATO e GRILLO, 2019, p. 27).

A atuação do tráfico no Batan entre a crise da UPP e o pós-pacificação tinha na ideia de tranquilidade seu pilar de sustentação. Mas essa tranquilidade era modulada por um duplo efeito percebido pelos moradores. Se por um lado o medo de tiroteios e do cerceamento da vida cotidiana foram atenuados; por outro lado, a insegurança e o aumento dos roubos e furtos trazia uma grande sensação de insegurança na comunidade. Isto posto, as consequências dessa forma de atuação do tráfico, fez com que os moradores sentissem falta da UPP, apesar dos problemas operacionais. As consequências do fim da “pacificação” geraram uma nítida piora na vida dessa população (RIBEIRO e VILAROUCA, 2018).

A crise da facção Amigos dos Amigos (ADA) e a volta da “guerra”

Em 2017 a outrora segunda maior facção do Rio de Janeiro passou por uma grave crise acarretando uma desfiliação em massa de traficantes. Dois eventos foram cruciais para essa debandada: a) a guerra na favela da Rocinha entre o dono do morro e o segundo na hierarquia; e b) a expulsão da facção de uma importante liderança do ADA (DA MOTTA, 2020). Esses eventos fizeram com que a maioria das favelas que eram ADA passassem a integrar a facção Terceiro Comando Puro (TCP). Muito se especulou que o ADA chegaria ao fim, pois seus líderes, em bem menor número, não iriam querer ficar isolados e vulneráveis. As principais lideranças do ADA que restaram, não se abateram com o egresso dos antigos aliados e ordenaram que suas favelas continuassem ADA.

No Batan, o chefe da organização criminosa, que à época se encontrava preso, ordenou ao seu braço direito que a favela saísse do ADA para se tornar TCP. Entretanto, o líder da favela Vila Vintém, próxima ao Batan e último reduto da facção em decadência, não aceitou tal mudança. Ele decretou que o Batan seria ADA e que o grupo rebelado ficaria apenas com o Batanzinho, pequena favela que ficava ao lado do Batan. Os dissidentes inicialmente aceitaram a divisão do território em função do poder que o ADA ainda tinha naquela parte da cidade. A fala de uma moradora captura esse momento de apreensão e os conflitos que estavam para ocorrer.

Tem uma parte no Batan que é ADA e a outra é TCP. Algumas vezes, um mata um de cada lado, mas não tem guerra nem nada do tipo... Se eles não forem olhão de querer todo o Batan, aqui tende a ficar calmo, mas se eles forem olho grande pode estourar uma guerra (Trecho de conversa com uma moradora por volta dos 50 anos).

Após as facções acordarem em dividir o Batan, uma situação criou um profundo mal-estar, ligando ainda mais o sinal de alerta nos moradores para um possível conflito. Traficantes do Batanzinho foram até o Batan e picharam os muros com dizeres “TCP – Tropa do [nome do traficante]” insinuando que não sairiam da favela. A resposta a essa atitude não demorou muito, no final de 2017 um dos gerentes do Batanzinho apareceu morto na favela do Batan, dando a entender que se tratava de um atentado ao TCP, o que gerou uma atmosfera de conflito iminente.

Em 2018 o então frente do Batan, deu um “Golpe de Estado” na favela, decretando que o Batan, agora, seria TCP e os traficantes que não acatassem aquela ordem seriam expulsos da comunidade. Os dissidentes foram para a favela da Vila Vintém e prometeram voltar e retomar o Batan. No mesmo dia, na madrugada, os traficantes rebelados, reforçados pela favela amiga, voltaram ao Batan e deram início a uma intensa troca de tiros. No final, os traficantes ligados ao ADA conseguiram expulsar seus rivais do TCP que se esconderam no Batanzinho e a favela passou a ser controlada por pessoas ligadas à Vila Vintém, como mostra a fala de um morador.

O tráfico tá começando a colocar a cara de novo. Semana passada o Batanzinho [TCP] se juntou com as favelas do Amarelinho, Camará, Fumacê e as dissidências do Batan e tomarão o Batan. Depois o pessoal da Vintém [ADA] se juntou com o morro do 18 e retomaram o morro para o ADA. Agora o chefe daqui é da Vila Vintém (Trecho da conversa com morador por volta dos 60 anos).

O presente tiroteio representava um marco para os moradores do Batan. Após 11 anos de “pacificação” feita pela milícia e pela polícia, a favela voltava a ser palco de disputas entre quadrilhas de traficantes rivais. Esse fato remodelou por completo a vida dos moradores que voltaram a ter suas rotinas interrompidas (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008) em função da objetividade do conflito pelo território.

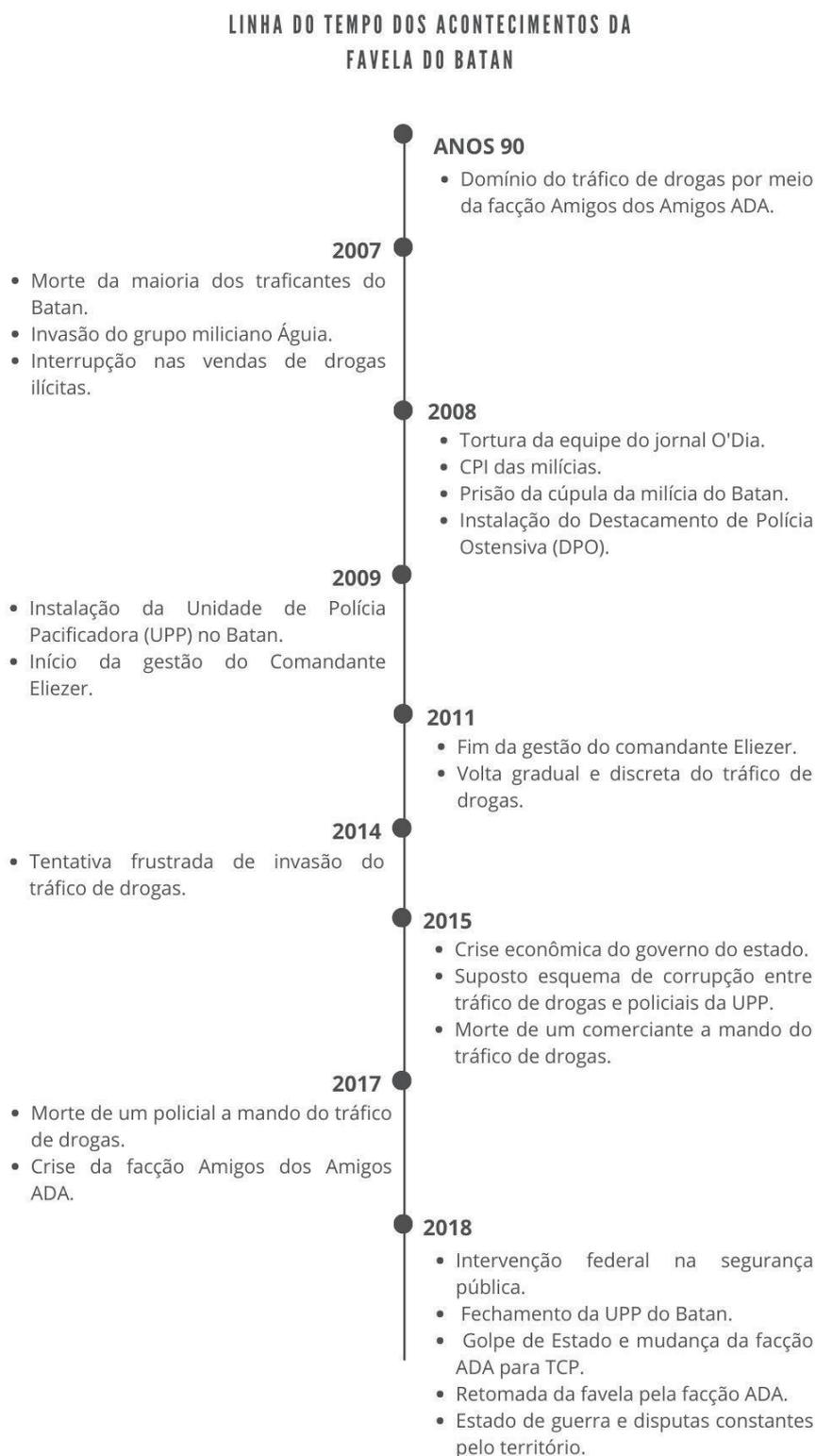
Algumas semanas depois da guerra, ao voltar ao Batan, encontrei uma paisagem muito modificada. Se anteriormente as pichações com a sigla ADA só eram vistas em partes do interior da favela, após o confronto entre Batan e Batanzinho, esse tipo de pichação se proliferaram pela maioria das ruas da comunidade, inclusive nas áreas centrais. Uma pichação específica, também na área central, fazia referência ao ADA e embaixo estava escrito uma alcunha, ou “vulgo”, que fazia referência ao chefe da Vila Vintém, demonstrando uma

reafirmção imagética de que agora o tráfico havia voltado de vez a comunidade sob o comando da Vila Vintém e dos dissidentes do Batan.

Muitos moradores com quem conversei davam conta que após esse episódio de conflito armado, a maioria dos integrantes do tráfico de drogas no Batan eram desconhecidos. Os maiores cargos criminais eram ocupados por pessoas de outras favelas, principalmente da Vila Vintém e bandidos que mantiveram a lealdade à facção mesmo depois da crise. O ADA estava se blindando de possíveis invasões e estruturava possíveis guerras, montando um cerco de várias favelas próximas da mesma facção.

Esse episódio mostrava a passagem do tráfico “tranquilo” para a “guerra”, em que os traficantes precisaram restabelecer as conexões de aliança e rivalidade no território após anos de atuação discreta e situada. Essas disputas, ocorridas no Batan entre 2018 e 2019, são uma consequência direta da crise da facção Amigos dos Amigos em 2017, tornando a favela do Batan palco privilegiado dessa disputa que reestruturou o crime no contexto de pós-pacificação.

Figura 1 – Cronologia dos acontecimentos no Batan.



O ajustamento contextual do tráfico de drogas no Batan

A presente pesquisa buscou mostrar como a história da atuação do tráfico de drogas na favela do Batan pode ser melhor entendida a partir de múltiplos ajustamentos contextuais. Ou seja, defendendo que, ao longo do tempo, os criminosos da favela do Batan precisaram se readaptar às mudanças contextuais ocorridas, criando momentos de avanços, recuos, acordos e conflitos. Isso aponta para uma rica possibilidade analítica em que os processos locais são tomados como centrais para a compreensão das múltiplas atuações do tráfico de drogas.

Partindo da premissa de que a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) alteraram abruptamente as relações nas favelas cariocas, gerando formas incrivelmente distintas de regulação e de heterogeneidade territorial a partir de diferentes ajustes, negociações, monitoramentos, resistências e confrontos (MENEZES, 2018). Entendo que o contexto da criminalidade atualmente é expresso por distintos regimes territoriais (LEITE, 2017, 2014) com ordens plurais (ARIAS e BARNES, 2017), em que cada territorialidade tem uma história e um tipo de ordenamento que se encontra encadeado em uma série de eventos e contextos relacionais externos e internos.

Reinhart Koselleck (2006), em sua reflexão sobre o tempo, aciona os conceitos meta-históricos de “experiência” e “expectativa” como condição geral humana. Ele propõe uma interdependência entre história e subjetividade em que há um “campo de experiência” para um “horizonte de expectativa”. Dessa maneira, é possível apreender as relações humanas e sua conexão com o passado e o futuro por meio da interdependência entre estrutura e ação. Nessa mesma linha, mas enquadrando essa interdependência em termos mais sociológicos, Benoît de L’Estoile (2014) alvitra os conceitos de “campo de oportunidade” e “quadro de referência”. O primeiro se refere ao “conjunto de possibilidades e restrições que definem em um dado momento as “condições para a vida”, tanto materiais quanto simbólicas, para um grupo de indivíduos, o que Weber (1968 [1922]: 927) chama de “oportunidades de vida” (Lebenschancen)” (p. 64, tradução minha); e o segundo é “o quadro cognitivo e normativo usado pelas pessoas para entender e agir sobre seu mundo. Isso corresponde amplamente ao que na literatura antropológica e sociológica chama de “visão de mundo”, eidos, “senso comum”, “quadro de construções”, “quadro interativo”, “definição de realidade”, “estruturas mentais”, “culturas” ou mesmo “ontologias”” (p. 64, tradução minha).

Ainda que formulados para servir a reflexão da *oikonomia*, como “governo da casa”, os conceitos mobilizados por L’Estoile (2014), em meu entendimento, não se limitam apenas a esse contexto, podendo ser alargado para outras realidades em outros campos temáticos. Aciono-os a partir do campo das “etnografias do crime” (AQUINO e HIRATA, 2017) para colocá-los em perspectiva com o material etnográfico e abranger seu alcance. Para essa pesquisa, “campo de oportunidade” é entendido como: o conjunto de possibilidades reais, situacionalmente definidas, que potencializam ou restringem as ações de um indivíduo, ou grupo social. E o “Quadro de referência”: é a convenção lógica acionada pelo indivíduo ou grupo social para entender e agir sobre suas situações vividas. Sendo assim, proponho um enquadramento analítico que evidencia uma espécie de ajustamento pragmático do tráfico de drogas em que, a depender da situação, os portadores da violência urbana agem de uma determinada forma, mas ao mudar o contexto, ajustes são feitos e hábitos e ações práticas são repensados, como mostrou o trabalho de campo.

Em 2007 um novo contexto foi aberto para o tráfico de drogas com a invasão da milícia. Se anteriormente os criminosos podiam exercer seu ordenamento territorial, após esse evento seu quadro de referência e seu campo de oportunidade se modificaram. Os traficantes perceberam que eram mais fracos que a milícia porque esse grupo contava com uma importante e decisiva ajuda dos agentes do estado, especialmente com as operações policiais. Isso fazia com que o conflito fosse desproporcional, já que seriam 2 (milícia e polícia) contra 1 (tráfico), demonstrando assim a assimetria dessa relação. A partir dessa referência, o campo de oportunidade possível para os criminosos foi interromper a venda de drogas, pois caso contrário eles poderiam ser extintos. Mesmo com as mudanças dos ordenamentos territoriais nos anos seguintes, o quadro de referência e o campo de oportunidade não foram alterados. Tanto a milícia, quanto o Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO), quanto a UPP no período da gestão do comandante Eliezer, atuaram de maneira objetiva contra o tráfico e seus elementos, impossibilitando o restabelecimento do comércio do varejo das drogas naquele período.

A partir do momento em que o primeiro comandante da UPP (Eliezer) deixa o cargo em 2011, abre-se um novo contexto em função da atuação mais frouxa da “pacificação” contra o tráfico de drogas. O quadro de referência dos criminosos que queriam voltar para o Batan foi se estruturando a partir da concepção de que a UPP não reprimia o crime como antigamente, então o campo de oportunidade se deu por meio da volta discreta do tráfico com o objetivo de

“sondar” como estava a UPP. Nesse momento o tráfico ainda não sabia como seria os próximos comandantes, podendo ter algum que pudesse voltar ao modelo de repressão anterior. Os criminosos, então, preferiram ser discretos, “monitorando” a situação (MENEZES, 2015, 2018) e se restabelecendo aos poucos.

Ao perceberem que a UPP de fato estava fraca e menos atuante que antigamente, o quadro de referência do crime foi se alterando, orientando-os na direção de se aproveitar desse contexto para reestruturar a venda de droga de forma mais explícita e ostensiva. Dessa forma, o campo de oportunidade que se abriu para o grupo foi organizar uma tentativa de invasão ao Batan para restabelecer seu poder que havia sido subtraído pela milícia e reprimido pelo DPO e pelos anos iniciais da UPP. Após fracassarem nessa tentativa de invasão, o quadro de referência e o campo de oportunidade foram novamente alterados. Os traficantes do Batan perceberam que a UPP, mesmo fragilizada, ainda era forte o suficiente para enfrentá-los, fazendo-os recuar em seus objetivos de expansão e controle territorial.

Essa situação produziu um novo contexto na favela. No ano seguinte (2015) o governo do Estado passou por uma grave crise financeira que teve consequências diretas na segurança pública. Um novo quadro de referência se abriu em que os traficantes sabiam que eram mais fracos que a UPP, mas, naquele momento, o trabalho policial se encontrava precarizado. Então, rapidamente, o campo de oportunidade do tráfico se estruturou na possibilidade de fazer acordos com os policiais da UPP. Por conseguinte, todos saíam ganhando, os policiais teriam uma renda complementar em um período de atrasos de salários, e o tráfico poderia traficar sem precisar investir em armamento, segurança e controle territorial. Esses acordos construíram a ideia de “tranquilidade” que se perpetuou até 2018 quando as atividades da UPP Batan foram interrompidas.

Com a saída da UPP, outro contexto foi aberto e mais uma vez o tráfico de drogas teve que se ajustar para sobreviver. O fechamento da UPP criou duas situações para o tráfico do Batan: a primeira era a necessidade de se proteger e evitar perdas econômicas, já que o gabinete de intervenção havia voltado com a repressão ao tráfico de drogas por intermédio das operações policiais; e a segunda era a obrigação de se impor no controle territorial da favela para diminuir a quantidade de roubos que estavam ocorrendo e desagradando o morador. Esse dilema embalou o quadro de referência do tráfico local, que à época também estava preocupado com a

diminuição da venda de drogas no Rio de Janeiro (HIRATA e GRILLO, 2019). Essas três referências fizeram com que o tráfico do Batan optasse por uma atuação localizada em áreas específicas e com o mínimo de armamento possível. Esse campo de possibilidade se deu porque o tráfico priorizou a dimensão econômica em detrimento do controle social e da força.

Em 2017 outro evento modificou o contexto criminal na favela do Batan. A crise da facção Amigo dos Amigos (ADA) fez com que vários traficantes de renome deixassem a antiga legenda para ingressarem na facção Terceiro Comando Puro (TCP). O quadro de referência desses criminosos dava conta de que a antiga facção havia perdido a maioria dos territórios, ficando isolada e desabastecida, enquanto a rival, ao contrário, havia crescido em poder e arrecadação. O campo de oportunidade dos bandidos do Batan se configurou na possibilidade de mudar de facção para ter uma gestão territorial mais estruturada. Os que não aceitaram mudar de facção foram os que o quadro de referência estava amparado pela lógica de lealdade e de amizade com a antiga facção. Para eles, a favela não ficaria sem recursos já que ela ocupa uma posição estratégica para crime, por isso, seu campo de oportunidade definia claramente a permanência na facção.

Nesse caso, o tráfico do Batan “rachou” em dois, já que o quadro de referência e o campo de possibilidade não eram auto evidentes. A maior parte dos traficantes resolveram “pular” de facção, enquanto a minoria permaneceu no ADA apoiados por outras favelas. A partir daí um conflito interno passou a existir no ceio do tráfico de drogas do Batan. Os criminosos que “pularam” tinham como referência o fato de serem maiores e mais fortes e não tinham necessidades de receber ordens de uma facção mais fraca – mesmo havendo, inicialmente, um acordo para a divisão do Batan. A guerra se tornava um campo de oportunidade viável para o controle político de um território estrategicamente importante. Já a minoria, entendiam que aquele território era importante não só do ponto de vista estratégico, mas também para mostrar que a facção ADA ainda tinha poder de manter seus territórios e conter assim o avanço do TCP. Essa referência fez com que a guerra também fosse o único meio possível de demonstrar a capacidade de resistência da facção em crise e do poder da facção emergente.

Considerações Finais

Esse enquadramento analítico mostra como ao longo do tempo o crime no Batan foi modulado entre o conflito com finalidade de poder e de autoridade – como quando o tráfico decidiu invadir a UPP, ou quando entrou em guerra entre si –, e entre a racionalidade econômica – como quando optou por fazer acordos com a UPP, ou quando preferiu se fixar apenas em uma parte da favela para não entrar em conflito com as operações policiais da intervenção. Esse estudo de caso chama a atenção para o fato de que macro contextos produzem situações concretas em que as pessoas precisam agir e fazer escolhas, por isso, compreender os processos locais é fundamental no entendimento das subjetividades, das práticas e dos conflitos do mundo do crime atual. Mais do que pensar em um processo linear no qual o tráfico ficou mais ou menos racional, ou mais ou menos violento; o que esta pesquisa buscou defender é que o elemento central para uma análise sofisticada das etnografias do crime carioca está ancorada em compreender como os diferentes regimes territoriais (LEITE, 2014, 2017) produzem oportunidades sociais em que o tráfico se enquadra, às vezes avançando, às vezes recuando, às vezes monitorando, às vezes confrontando.

Acredito que essa pesquisa aponta, não para uma racionalidade do tráfico de drogas atual oriundo do processo de pós-pacificação, muito menos para uma volta da tirania sanguinária e conflitiva aberta pela reorganização das facções após o fim da UPP. O caso aqui apresentado provoca para o fato do tráfico do Batan estar ajustado aos contextos e as situações de mudança. É como se as situações abertas por contextos mais amplos fizessem com que a quadrilha atuasse de forma pragmática, levando em consideração diferentes interesses em diferentes circunstâncias. Não se tratou de privilegiar a dimensão econômica em detrimento da violência e autoridade, nem vice-versa, tratou-se de mostrar como esses interesses orbitaram no mundo do crime, sendo expresso de acordo com os ajustamentos possíveis nos diferentes contextos. O tráfico do Batan, ora foi racional, ora foi violento, alternando essas práticas de acordo com as possibilidades reais no território. Dessa forma, acredito que esse enquadramento analítico focado nos ajustamentos em âmbito local possa: a) revelar múltiplas possibilidades de atuação concreta do tráfico de drogas; b) escapar de generalizações apressadas; e c) contribuir para os estudos do mundo do crime carioca.

Bibliografia

AQUINO, Jania PD; HIRATA, Daniel. *Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017*. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 84, p. 107-147, 2017.

ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. *Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil*. *Current Sociology*, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.

DA MOTTA, Jonathan. *Megaeventos, Estado e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro: qual legado?* Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n.25, 2019.

_____. A experiência do Jardim Batan: regime de incerteza no pós-pacificação. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

BARBOSA, Antônio Rafael. *Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Alceu, v. 2, n. 3, p. 166-79, 2001.

_____. Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CAVALCANTI, Mariana. *Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca*. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

DE L'ESTOILE, Benôit. *Money Is Good, but a Friend Is Better” Uncertainty, Orientation to the Future, and “the Economy*. *Current anthropology*, v. 55, n. S9, p. S62-S73, 2014.

DE OLIVEIRA, Mari. *Zona oeste da cidade do rio de janeiro: Entre o rural e o urbano*. ILUMINURAS, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago/dez, 2017.

DIAS, Ariley. Para ver o futuro: utopia, risco e paz no Jardim Batan. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2016.

ESPERANCA, Vinicius. 'Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP': religião e segurança pública no Jardim Batan. *Comunicações do ISER*, v. 67, p. 89- 105, 2012.

GRILLO, Carolina. Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *Da violência urbana à guerra: repensando a sociabilidade violenta*. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 62-92, 2019.

HIRATA, Daniel e GRILLO, Carolina. Cidade & conflito: roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, Grupo de Estudos sobre Novos Ilegalismos (GENI)/UFF e NECVU/IFCS/UFRJ, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LEEDS, Elizabeth. *Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local*. Um século de favela, v. 5, p. 233-276, 1998.

LEITE, Márcia Pereira. *Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2014 - pp. 625- 642, 2014.

_____. *State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 14, n. 3, 2017.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; MENEZES, Palloma Valle. *(DES)CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE “VIDA SOB CERCO” E NA “SOCIALIZAÇÃO VIOLENTA”*. Novos estudos CEBRAP 38.3, p. 529-551, 2019.

_____. *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. In: Vida sob cerco-violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro, p. 35-46, 2008.

_____; LEITE, Márcia. *Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas?* In: MACHADO DA SILVA (Org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 47-76, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre. *A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, 2020.

MENDONÇA, Tássia. Batan: Tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social MN/UFRJ, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia IESP-UERJ, 2015.

_____. *Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”*. Tempo Social, v. 30, p. 191-216, 2018.

MIAGUSKO, Edson. *Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, 2016.

MISSE, Michel. Malandros, Marginais e Vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 413 f.. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios*. Mana, v. 20, p. 125-161, 2014.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Quartet, 2013.

_____. *Democracia e militarização no Rio de Janeiro: ‘pacificação’, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público*. In: Militarização no Rio de Janeiro: da “pacificação” à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, p. 223-239, 2018.

RIBEIRO, Ludmila; VILAROUCA, Márcio Grijó. “Ruim com ela, pior sem ela”: o desejo de continuidade das UPPs para além das Olimpíadas. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 1155-1178, 2018.

VAN VELSEN, Jaap. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense, 1985.